



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

POLÍTICAS MUNICIPAIS DE GERAÇÃO DE RENDA: POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO AO DESEMPREGO?¹

**Maria Manoela Pereira de Andrade², Jorge Alexandre da Silva³, Cássio E. Da S. Tôndolo⁴,
Clara Caroline Barrêto de Carvalho⁵, Jaina Raqueli Pedersen⁶.**

¹ Ensaio elaborado a partir do Ciclo de Estudos sobre Trabalho e Ontologia no Curso de Serviço Social da Unipampa

² Acadêmica do curso de Serviço Social da Unipampa

³ Orientador, Professor Assistente do curso de Serviço Social da Unipampa

⁴ Acadêmico do curso de Serviço Social da Unipampa

⁵ Acadêmica do curso de Serviço Social da Unipampa

⁶ Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Unipampa

Resumo

Este ensaio teórico tem por objetivo debater os desafios que surgem para as políticas municipais de geração de renda, enquanto propostas de diminuição do desemprego nos municípios brasileiros. Com elevado o índice de desemprego no país, em inúmeros municípios brasileiros, órgãos governamentais e setores da sociedade civil têm se articulado na busca de propostas voltadas ao fomento da geração de renda, especialmente para aqueles trabalhadores cujas famílias estão inseridas em programas sociais. Com base na economia solidária, estas propostas de geração de renda, articulam o protagonismo dos agentes locais com órgãos das esferas de governo em nível municipal, estadual e federal. Contudo, argumenta-se que a aposta na geração de renda, a partir das experiências locais de economia solidária, não pode desconsiderar o cenário mais amplo do sistema produtivo capitalista e seus rebatimentos na forma como o Estado e a sociedade civil têm se organizado para fomentar políticas públicas.

Palavras-chave: Geração de Renda, Inclusão Produtiva, Desemprego.

Introdução

Com crescimento da economia brasileira, as possibilidades de uma queda acentuada na taxa de desemprego no país contribuíram para idealização de que o aumento no consumo de bens, o aumento na geração de empregos a partir dos setores do comércio dos serviços e a queda da taxa de lucro das empresas formam uma equação possível. Contudo, desconsidera-se inicialmente, que os limites para a redução do desemprego, são de ordem estrutural, além de ser uma contrapartida das novas formas de acumulação do capital.





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que, efetivamente, fazem sombra para muita gente (CASTEL, 1998, p. 516-517).

Essa realidade destoa daquela retratava por Marx (1996), em que os contingentes de operários eram lançados no desemprego, em que se mantinham por certo tempo, até quando a própria acumulação do capital requeria maior quantidade de força de trabalho e dava origem a novos empregos. Assim, a própria dinâmica do capitalismo atuava no sentido de criar uma superpopulação relativa flutuante ou exército industrial de reserva. Diferente de outrora, dadas às novas configurações do sistema produtivo capitalista que não mais requer um grande contingente de trabalhadores nas linhas de produção, fica cada vez mais difícil o ingresso e o reingresso no mercado de trabalho capitalista, especialmente naquele em que há a cobertura dos direitos trabalhistas.

Como resultado dessa tendência, o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. Da mesma forma a tendência a amputação “racionalizadora” não está mais limitada aos “ramos periféricos de uma indústria obsoleta”, mas abarca um dos mais *desenvolvidos* e modernizados setores da produção – da indústria naval e aeronáutica à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial (MÉSZÁROS, 2009, P.69).

Nas décadas recentes a chamada “inclusão produtiva” tem sido submetida a diferentes interpretações, assumindo, por vezes, o estatuto de geração de renda por meio da economia solidária enquanto um sistema de produção “cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual” (Singer, 2002, p.10). Por outro lado, esta inclusão produtiva responde, também, as formas de inserção dos trabalhadores no emprego capitalista. Contudo, seja para a inclusão dos trabalhadores em programas sociais de geração de renda, ou emprego capitalista com cobertura dos direitos sociais, não se tem uma inclusão de forma plena. Se por um lado, o trabalhador inserido nos programas sociais de geração de renda, vive a precariedade do trabalho e a incerteza da remuneração nos empreendimentos de geração de renda. Por outro lado, a inserção no mercado de trabalho capitalista, traz, além da precarização do trabalho, a instabilidade do vínculo empregatício.

Ao mesmo a chamada inclusão produtiva está relacionada com os “[...] novos modos de lidar com o trabalho no contexto da crise e da reestruturação produtiva [...]” (Barbosa, 2007, p.67), deslocando, do eixo da produção, para o eixo governamental, as necessidades de trabalho e de geração de renda para os trabalhadores. Diante deste quadro, diferentes rumos são propostos para as políticas públicas de trabalho e renda. Sobretudo, evidencia-se que o problema do desemprego e geração de renda não será resolvido somente por meio da política



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

de desenvolvimento econômico. Siqueira (1999) afirma que é preciso separar a política econômica da política social, sendo possível minorar o problema da geração de emprego e renda a partir de uma política social específica. Ou seja, o governo local não teria poder para interferir na política econômica, mas pode atuar de forma significativa na geração de emprego e renda.

Metodologia

O presente ensaio teórico é resultado de uma pesquisa bibliográfica, sendo os que os resultados foram analisados a partir do Método materialista histórico e dialético. Este permite compreender a realidade a partir das seguintes categorias: historicidade, totalidade e contradição, permitindo o conhecimento da dinâmica e dos processos estruturantes da ordem social capitalista.

Resultados e discussões

Para Calvete & Couto (2009), as políticas macroeconômicas têm papel principal no combate ao desemprego, porém, em uma ordem econômica mais dinâmica, as políticas locais auxiliam no sentido de aproveitar esta energia na criação de postos de trabalho com formas de organização mais participativa, com possibilidade de incluir, inclusive parcelas da população excluída do mercado de trabalho.

Estas políticas de desenvolvimento regional não se contrapõem as políticas macroeconômicas de criação de emprego; pelo contrário, elas ao complementares a uma política macroeconômica de crescimento à medida que o poder público local impede o crescimento ajustado única e exclusivamente pelo mercado. Elas direcionam para formas de produção que integram os excluídos da dinâmica capitalista das grandes empresas e que passam a produzir de forma participativa, aumentando sua conscientização e sua estima de cidadania (CALVETE & COUTO, 2009, p. 197-198).

Apesar do problema do desemprego ser comum a muitas regiões e as causas serem oriundas de sistemáticas que fogem à capacidade de intervenção em nível regional, não se pode subestimar a capacidade da região de, autonomamente, gerar alternativas que possibilitem a criação de postos de trabalho (Calvete & Couto, 2009).

Contudo, a realidade tem sido muito mais do fomento de formas de trabalho informal, do que propriamente a geração de empregos com cobertura dos direitos trabalhistas. Embora, sejam raros casos, o trabalho informal tem proporcionado para um remunerações acima daquela obtida com o salário mínimo, porém, sem suprimir a precarização do trabalho e a insegurança própria do emprego capitalista.

Assim, o trabalho informal cumpre função fundamental na amenização dos rebatimentos do desemprego na vida dos trabalhadores. Segundo Barbosa (2007), se disseminam idéias e valores que atuam no convencimento do trabalho informal como alternativa social. Para autora trata-se da cultura do auto-emprego, baseada em dois eixos temáticos de sustentação:





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

- 1) defesa do trabalho por conta própria como realidade concreta intangível e como mobilizadora das virtudes empreendedoras de “empresariamento de pequeno porte”;
- 2) difusão da “sociedade por conta própria”, como alternativa para a diminuição da intervenção estatal na promoção do emprego assalariado e na garantia de direitos sociais tendentes à universalização (BARBOSA 2007, p. 66-67).

O auto-emprego ou a auto-ocupação, traz a idéia de autonomia para o trabalhador no processo de trabalho, sendo responsável por seus ganhos e provendo os seus próprios meios de subsistência, torna-se um processo que representa a sua atomização em relação a classe trabalhadora, e sua identidade de classe - quando existe - passa a ser diluída pelos processos de negação do fato de que toda inclusão é pensada para o trabalhador na formação capitalista. “Em outras palavras, chega a ter uma função mediadora importante na adesão e legitimidade da sociedade a esse contexto de trabalho fragmentário, volátil e inseguro do capitalismo contemporâneo” (Barbosa 2007, p. 68).

Esse tipo de alienação e reificação, produzindo uma aparência enganosa de independência, auto-suficiência e autonomia do indivíduo atribuem um valor *per se* ao mundo do indivíduo, em abstração de suas relações com a sociedade e com o mundo exterior. A autonomia individual fictícia representa o pólo positivo da moral e as relações sociais contam apenas como “interferência”, como mera negatividade. A realização egoísta é a camisa-de-força imposta ao homem pela evolução capitalista, e os valores da “autonomia individual” representam a sua glorificação ética (MÉSZÁROS, 2009, p.237).

Para os autores Calvete e Couto (2009) os programas locais de emprego geralmente visam o combate à pobreza absoluta e à *exclusão social*. Para substituir às formas assistencialistas/paternalistas, os poderes locais podem financiar e fortalecer atividades econômicas de pequeno porte para integrar uma parte da população excluída do mercado de trabalho. Para além do aspecto estritamente econômico, essas medidas têm influência relevante nos aspectos locais e culturais, na formação da sociedade, revertendo a lógica neoliberal, puramente de mercado e de exclusão, para uma mais solidária e de inclusão, onde a comunidade é parceira e corresponsável das atividades econômicas de seus membros.

Nessa perspectiva, forjaram-se experiências de governos locais populares com expressão tanto âmbito do executivo como do legislativo. As políticas e programas sociais desenvolvidos pelas prefeituras locais, além de trazerem essa expectativa de centralizar a administração nos direitos sociais, humanos e na participação popular, engendram iniciativas para atenuar os problemas do desemprego, como se sabe, durante as décadas de 1980 e 1990 já eram marcados pelo reordenamento produtivo de âmbito mundial, com sérias conseqüências sociais para essas cidades profundamente dependentes da tradicional estrutura industrial (BARBOSA 2007, p.113).



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

A armadilha pode estar em considerar as políticas locais de inclusão produtiva, como substitutas das políticas sociais de maior abrangência, transformando-se aquilo que deveria ser uma política de Estado, em uma “política dos municípios” (Castel, 1998). Para o autor, se a gestão do emprego é confiada à esfera local, é porque não encontrou sua solução alhures, no plano das políticas globais. Corre o risco, então, de se tornar a gestão do não-emprego através da implantação de atividades que se inserem nessa ausência e tentam fazer esquecer-la” (Castel, 1998).

A questão suscitada por uma política local não é apenas uma questão de escala (o local seria “demasiado pequeno” para nele se desenvolver uma “grande” política). Trata-se sobretudo da questão da *natureza dos parâmetros* que uma ação centrada sobre o local pode controlar. A possibilidade de efetuar redistribuição globais e de desenvolver negociações coletivas com parceiros representativos escapa-lhe. Uma política territorial é empurrada para uma lógica sistemática: circunscreve um conjunto acabado de parâmetros controláveis no aqui e agora, e a mudança resulta de um equilíbrio dessas variáveis bem circunstâncias. A mudança é, então, um reordenamento dos elementos internos ao sistema mais do que a transformação dos dados que estruturam, de fora, a situação (CASTEL, 1998, p. 551).

Apesar dos avanços, as propostas de inclusão produtiva baseadas na economia solidária, ainda precisam ir além do que Antunes (2005) chama de um mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural, que cumprem uma efetiva (ainda que limitadíssima) parcela de ação. Nelas os desempregados passam a reinvestir nas limitadas (mas necessárias) formas de sociabilidade que o trabalho possibilita na sociedade atual. Para Antunes, esses seres sociais vêem-se então, não como desempregados, *excluídos*, mas como realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social. Aqui há, por certo, um momento de dispêndio de atividade útil e portanto positiva, relativamente à margem (ao menos diretamente) dos mecanismos de acumulação. Mas é bom não esquecer, também que essas atividades cumprem um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados (Antunes 2005).

Conclusão

Diante das reflexões aqui desenvolvidas, destaca-se que o quadro de desemprego que afeta inúmeros países em escala global, atinge também a sociedade brasileira, o que tem suscitado iniciativas que, apesar de tímidas e limitadas, enfatizam o enfrentamento de questões com difícil solução, considerando-se as contradições imanentes do modo de produção vigente.

Assim, as políticas municipais de geração de renda oscilam entre a necessidade de incluir trabalhadores em atividades produtivas que lhes proporcione alguma forma de remuneração e a funcionalidade que tais políticas adquiriram na manutenção da ordem social contemporânea. Se para muitos gestores, a promoção da geração de trabalho e renda têm o status de um compromisso político com as populações dos diversos municípios, trata-se antes



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

disto, de uma questão estrutural em que a precarização do trabalho acentua-se cada vez mais no processo produtivo capitalista.

De outra forma, significa dizer que não se pode atribuir às políticas municipais de geração de renda, um alcance maior do que a sua envergadura pode proporcionar. Seja porque abrangem regiões isoladas ou porque promovem a inserção de um número bastante reduzido de trabalhadores no trabalho remunerado. Contudo, o potencial emancipatório das políticas municipais de geração de renda pode se manifestar a mediada que os trabalhadores inseridos nos programas sociais passem a disputar de forma organizada e consciente os recursos públicos e os incentivos destinados aos empreendimentos capitalistas.

Agradecimentos

Agradecemos ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa pela oportunidade de construção de conhecimento e formação profissional. À UNIJUI, pela possibilidade de socializar este ensaio teórico.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. *Economia Solidária como Política Pública, uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.*- São Paulo: Cortez, 2007.
- CALVETE, C. COUTO, B. R. *A assistência social e a inserção produtiva.* In. O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implantação. (Org.) Jussara Maria Rosa Mendes, Jane Cruz Prates e Beatriz Gershenson Aguiñsky.- Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- CASTEL, Robert. *A metamorfose da questão social.* Petrópolis: Vozes, 1998.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx.* São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *A crise estrutural do capital.* São Paulo: Boitempo, 2009.
- LIMA, V; GUILHON, M. *A POLÍTICA DE TRABALHO E RENDA NO BRASIL: uma avaliação de resultados da experiência do Maranhão* In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita (ccords.) *Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo* (2ª ed).- São Paulo: Cortez, 200.
- MARX, Karl. *O Capital : crítica da economia política – o processo de produção de capital.* Livro Primeiro. Volume I. . Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.
- MARX, Karl. *O Capital : crítica da economia política – o processo de produção de capital.* Livro Primeiro. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.
- SIQUEIRA, C. A. (Org.) *Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso.*-Rio de Janeiro: PD&A, 1999.
- Singer, Paul, *Introdução à Economia Solidária.*- São Paulo: Editora. Perseu Abramo, 2002.



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- MDS. Edital 001/SNAS/MDS – 2007: Normas para cooperação técnica e financeira na implementação de projetos de promoção da inclusão produtiva, no âmbito do SUAS. Brasília, 2007 a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/avisos-1/edital-ip-psb_001_snas_mds_-_2007.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2008.



Para uma VIDA de CONQUISTAS